

Sumário

Prefácio à 3ª edição.....	17
Apresentação.....	21
Apresentação à 3ª edição.....	23
Capítulo 1 — Introdução ao Estudo do Direito Desportivo.....	25
1. Conceito. Objeto. Missão. Importância.....	25
2. Autonomia e relação com os demais ramos do direito.....	25
3. Fontes.....	26
3.1. Fontes do Direito Desportivo.....	27
3.1.1. Constituição Federal de 1988.....	27
3.1.2. Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé).....	28
3.1.3. Lei n. 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor).....	28
3.1.4. Resolução n. 1 do Conselho Nacional do Esporte (CNE) — Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).....	28
3.1.5. Jurisprudência.....	29
3.1.6. Doutrina.....	29
3.1.7. Princípios gerais do Direito.....	29
4. Princípios do Direito Desportivo.....	30
4.1. Princípios constitucionais.....	30
4.1.1. Autonomia das entidades desportivas.....	30
4.1.2. Destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional (e em alguns casos para o desporto de alto rendimento).....	30
4.1.3. Tratamento diferenciado entre desporto profissional e não profissional.....	31
4.1.4. Esgotamento de instância — Justiça Desportiva.....	31
4.2. Princípios Infraconstitucionais.....	31
4.2.1. Lei n. 9.615/98.....	31
a) Soberania.....	32
b) Autonomia.....	32
c) Democratização.....	32
d) Liberdade.....	33
e) Direito Social.....	33
f) Diferenciação.....	33
g) Identidade Nacional.....	33
h) Educação.....	33
i) Qualidade.....	33

j) Descentralização.....	33
k) Segurança.....	33
l) Eficiência.....	33
Capítulo 2 — Justiça Desportiva e Justiça Desportiva Antidopagem	34
1. Introdução.....	34
2. Princípios que norteiam a Justiça Desportiva.....	35
2.1. Ampla defesa	35
2.2. Celeridade.....	35
2.3. Contraditório	35
2.4. Economia processual.....	35
2.5. Impessoalidade.....	35
2.6. Independência	36
2.7. Legalidade.....	36
2.8. Moralidade	36
2.9. Motivação	36
2.10. Oficialidade	36
2.11. Oralidade.....	36
2.12. Proporcionalidade.....	36
2.13. Publicidade.....	37
2.14. Razoabilidade	37
2.15. Devido processo legal	37
2.16. Tipicidade desportiva	37
2.17. Prevalência, continuidade e estabilidade das competições (<i>pro competitione</i>).....	37
2.18. Espírito desportivo (<i>fair play</i>)	37
3. Organização e funcionamento da Justiça Desportiva.....	38
3.1. Órgãos da Justiça Desportiva.....	38
3.1.1. Superior Tribunal de Justiça Desportiva.....	39
3.1.2. Tribunal de Justiça Desportiva	39
3.1.3. Comissão disciplinar.....	40
3.2. Funções na justiça desportiva.....	41
3.2.1. Presidente e vice-presidente dos tribunais.....	41
3.2.2. Auditores	42
3.2.3. Procuradores	42
3.2.4. Secretaria	43
3.2.5. Defensores	43
3.3. Competência	43
3.3.1. STJD.....	44
a) Tribunal pleno.....	44
b) Comissão disciplinar	44

3.3.2. TJD.....	44
a) Tribunal pleno.....	44
b) Comissão disciplinar.....	45
4. Processo desportivo.....	45
4.1. Processo desportivo.....	45
4.2. Atos processuais.....	45
4.3. Prazos.....	46
4.4. Citação e intimação.....	46
4.5. Nulidades.....	47
4.6. Intervenção de terceiro.....	47
4.7. Provas.....	47
5. Procedimentos.....	48
5.1. Procedimento Sumário.....	48
5.2. Procedimentos especiais.....	49
5.2.1. Transação disciplinar desportiva.....	49
5.2.2. Inquérito.....	49
5.2.3. Impugnação de prova, partida ou equivalente.....	50
5.2.4. Mandado de garantia.....	50
5.2.5. Reabilitação.....	51
5.2.6. Suspensão, desfiliação ou desvinculação impostas pelas entidades de administração ou de prática desportiva.....	52
5.2.7. Revisão.....	52
5.2.8. Medidas inominadas.....	52
5.2.9. Enunciado de Súmula.....	53
6. Sessão de instrução e julgamento.....	53
7. Recursos.....	55
7.1. Recurso voluntário.....	56
7.2. Embargos de declaração.....	56
8. Revisão das decisões da Justiça Desportiva pela justiça comum.....	56
8.1. Esgotamento da instância desportiva.....	57
8.2. Esgotamento do prazo.....	60
8.3. Revisão pelo judiciário.....	60
9. Justiça Desportiva Antidopagem.....	62
Capítulo 3 — Direito Desportivo do Trabalho.....	63
1. Introdução.....	63
2. Relação de emprego entre atleta e clube.....	63
2. 1. Competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45/2004.....	64

3. Princípios do Direito Desportivo do Trabalho	65
3.1. Princípios gerais	65
3.1.1. Proteção	65
3.1.2. Norma mais favorável	65
3.1.3. Condição mais benéfica	65
3.1.4. “ <i>In dubio pro operario</i> ”	65
3.1.5. Imperatividade das normas trabalhistas	65
3.1.6. Indisponibilidade dos direitos trabalhistas	66
3.1.7. Inalterabilidade contratual lesiva	66
3.1.8. Intangibilidade salarial	66
3.1.9. Primazia da realidade	66
3.1.10. Continuidade da relação de emprego	66
3.2. Princípios específicos	66
3.2.1. Especificidade juslaboral desportiva	66
3.2.2. Tipicidade das cláusulas indenizatórias e compensatória desportivas	66
3.2.3. Cumulatividade dos vínculos entre atletas profissionais/entidades desportivas	67
4. Contrato especial de trabalho desportivo	67
4.1. Conceito	67
4.2. Forma e conteúdo	67
4.3. Prazo de duração	67
4.4. Remuneração, salário e garantias do atleta	68
4.4.1. Remuneração	68
a) Luvas	68
b) Bichos	69
c) Direito de Arena	69
d) Direito de imagem	70
4.4.2. Garantias e exceções à CLT	72
a) Concentração e Acréscimos remuneratórios	72
b) Repouso semanal remunerado	73
c) Férias	73
d) Jornada de trabalho	73
e) Outros temas não contemplados pelo art. 28 da Lei Pelé	73
4.5. Obrigações do clube e do atleta	73
a) Obrigações do clube	73
b) Obrigações do atleta	74
4.6. Formalidades e registro na entidade de administração do desporto	74
a) Direitos federativos	74
b) Direitos econômicos	75
4.7. Cláusula indenizatória desportiva e cláusula compensatória desportiva	75
4.7.1. Cláusula indenizatória desportiva	75
4.7.2. Cláusula compensatória desportiva	76

4.8. Cessão	76
4.9. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	77
a) Suspensão	77
b) Interrupção	77
4.10. Extinção do contrato de trabalho.....	77
4.10.1. Término do prazo	78
4.10.2. Distrato	78
4.10.3. Pagamento da cláusula indenizatória desportiva ou da cláusula compensatória desportiva	78
4.10.4. Rescisão Indireta por inadimplemento salarial	78
4.10.5. Rescisão Indireta por justa causa do empregador	78
4.10.6. Dispensa imotivada do atleta	78
4.10.7. Rescisão por justa causa.....	78
4.10.8. Resolução.....	79
4.10.9. Incapacidade ou morte do atleta.....	79
4.11. Os contratos de trabalho de atleta face à pandemia da Covid-19	79
5. Atleta profissional x não profissional	80
5.1. A discussão acerca do critério legislativo para definição de atleta profissional.....	81
6. Atleta autônomo	85
7. Atleta em formação	86
7.1. Assinatura do primeiro contrato de trabalho.....	87
7.2. Direito de preferência para renovação.....	87
7.3. A indenização por formação	88
7.4. Requisitos para fazer jus à indenização.....	89
7.5. O valor indenizatório.....	89
7.6. Pagamento do valor indenizatório	89
7.7. O clube formador.....	89
7.8. Solidariedade.....	91
Capítulo 4 — Direito Desportivo Internacional.....	92
1. Introdução.....	92
2. Princípios	92
2.1. Universalidade.....	93
2.2. Comunhão.....	93
2.3. Não discriminação desportiva.....	93
2.4. Autonomia desportiva internacional	93
2.5. Unidade ou unicidade.....	93
2.6. Especificidade	94
2.7. Ética desportiva	94
2.8. Solidariedade.....	94
2.9. Inafastabilidade da justiça desportiva dos institutos desportivos internacionais privados.....	94

3. A estrutura associativa do esporte em âmbito internacional	95
3.1. Comitê Olímpico Internacional (COI).....	95
3.1.1. Carta Olímpica (CO).....	95
3.1.2. O olimpismo e o movimento olímpico	96
3.1.3. Organização do COI.....	96
3.1.4. Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	97
3.1.5. COI, comitês nacionais, federações internacionais, nacionais e regionais de administração do desporto	97
3.2. Federações esportivas internacionais.....	98
3.2.1. Federações internacionais, entidades continentais, nacionais e regionais de administração do desporto	99
3.3. Agência Mundial Antidoping	99
3.3.1. Código Mundial Antidoping (CMAD).....	99
3.3.2. Implementação do CMAD pelo COI e federações internacionais.....	100
3.4. Tribunal Arbitral do Esporte (TAS) ou Corte Arbitral do Esporte (CAS)	100
3.4.1. <i>Ad hoc</i>	100
3.4.2. O TAS-CAS e as federações internacionais.....	102
4. A <i>LEX SPORTIVA</i>	103
4.1. <i>Lex Olympica</i>	104
5. As normas internacionais desportivas no ordenamento jurídico brasileiro	105
5.1. Conceito de soberania.....	105
5.2. Recepção da norma internacional pela Lei n. 9.615/98.....	105
6. A relação entre clubes, entidades nacionais de administração do desporto e federações internacionais	107
6.1. Autonomia da vontade.....	108
6.2. Cumprimento das normas.....	109
7. Os eventos desportivos e a legislação nacional	110
7.1. Copa do Mundo	110
7.1.1. Lei Geral da Copa.....	111
7.2. Jogos Olímpicos de 2016.....	112
7.2.1. Lei do Ato Olímpico.....	113
7.3. Outras leis relevantes	114
7.4. A soberania nacional perante as exigências da FIFA e do COI.....	114
Capítulo 5 — Direito Desportivo Empresarial	116
1. Introdução — Esporte como negócio	116
1.1. Histórico	116
1.2. Panorama atual.....	117
2. Princípios da exploração e gestão do desporto como atividade econômica	117
2.1. Transparência financeira e administrativa.....	118
2.2. Moralidade na gestão desportiva.....	118
2.3. Responsabilidade social de seus dirigentes	118
2.4. Tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional	118
2.5. Participação na organização desportiva do País.....	118

3. Clubes.....	118
3.1. Clubes: associações civis sem fins lucrativos.....	118
3.2. Adoção do modelo empresarial pelos clubes — “Clube-empresa”	119
3.2.1. Lei Zico	119
3.2.2. Lei Pelé — redação original.....	120
3.2.3. Lei Pelé — após as alterações introduzidas pela Lei n. 9.981/2000	120
3.2.4. Lei Pelé — após as alterações introduzidas pela Lei n. 10.672/2003	121
3.2.5. Lei Pelé — após as alterações introduzidas pela Lei n. 12.395/2011	121
3.3. Sociedades empresárias.....	122
3.4. Projetos em discussão	122
4. Responsabilização dos dirigentes esportivos.....	123
4.1. Alterações provocadas pela Lei n. 12.395/ 2011 quanto à responsabilidade	124
4.2. Alterações provocadas pela Lei n. 12.868/2013.....	126
4.3. Programa de Modernização de Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) — Lei n. 13.155/2015	127
5. Esporte no mercado de capitais	129
5.1. Mercado de capitais e os clubes de futebol	129
5.2. Sociedades anônimas	130
5.3. Fundos de investimento.....	130
5.3.1. Fundos de investimento no futebol	130
5.4. Proibição na participação de terceiros pela FIFA	134
6. Agentes desportivos.....	135
Capítulo 6 — O Estatuto de Defesa do Torcedor	138
1. Introdução.....	138
2. Transparência na organização.....	139
3. Regulamento da competição.....	140
4. Segurança do torcedor partícipe do evento esportivo	142
5. Ingressos.....	146
6. Transporte	148
7. Alimentação e higiene	148
8. Relação com a arbitragem esportiva.....	148
9. Relação com a entidade de prática desportiva	150
10. Relação com a Justiça Desportiva.....	151
11. Penalidades	152
11.1. Crimes.....	154
Referências	157
Sites utilizados.....	159